O mistério político, com risco calculado

O maior mistério político da história da Nova República será definir exatamente quando Tancredo tancredou. Para um político tão metódico, surpreende à primeira vista em 1982 que tenha trocado quatro anos do mandato de senador por outros quatro de governador de Minas Gerais, que afinal cumpriu também só pela metade. Em ambos os casos, sua intuição certamente prevaleceu, mas nada impede de acreditar que seu atual projeto político tenha sido gestado em 1961, nos nove meses da experiência parlamentarista brasileira, sob o governo João Goulart. O Brasil abortou perigosamente o parlamentarismo e logo depois viu internada sua adolescente democracia em sucessivos colégios eleitorais, mas Tancredo de Almeida Neves sobreviveu, da mesma forma que dez anos antes resistira ao suicídio de Getúlio Vargas. O segredo para conservar esse fôlego Tancredo confidenciou em julho do ano passado, ainda antes de oficializado candidato da Aliança Democrática à Presidência da República. Por capricho da História, sua confidente era nada menos que a filha de Getúlio, sua amiga Alzira Vargas: "Nunca fui dado a aventuras, como você sabe. Sei que existem riscos à frente, mas são todos calculados".

Quando Tancredo começou a calcular a distância que o separava do Palácio do Planalto é difícil determinar, mas seus misteriosos movimentos a partir do Palácio da Liberdade são indicadores de sua estratégia em torno da tese de conciliação que durante o governo Figueiredo teve outros nomes, como entendimento, negociação, consenso. Mal havia tomado posse, o governo eleito de Minas encontrou-se, em janeiro com o então governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, para uma "conversa rumo à conciliação". Como definiu o deputado Fernando Cunha (PMDB-GO). Em seguida, declarou que nada faria "para enfraque-

cer ou minar as estruturas do PDS em Minas Gerais", já preparando o terreno para a convivência entre oposição e governo no período sucessório. E não deixou de estender seu laço político para o outro lado do muro: em 6 de março, encontrou-se com o governador eleito do Rio, Leonel Brizola, que igualmente vislumbrava a oportunidade: "Tancredo pode prestar serviços inestimáveis para a consolidação da democracia, abrindo caminhos".

Seu discurso de despedida do Senado — e da vida parlamentar — revelou o postulado de sua estratégia: "Há que encontrarmos com urgência o caminho do entendimento". Naquele momento, foi interpelado pelo senador José Sarney, que não sabendo reconhecer a importância da hora saiu em defesa do PDS e do governo, tentando convencer Tancredo e o plenário sobre o desperdício das oportunidades de diálogo oferecidas pelo general Figueiredo. Mas, a liderança do senador mineiro era incontestável no Congresso: os senadores Alvaro Dias (PMDB-PR) e Henrique Santillo (PMDB-GO) deram o tom da despedida — "Felicidades, meu presidente". A deputada Ivete Vargas, presidente do PTB, fez coro: "Você é a grande solução para o Brasil em 85".

"Infelizmente, um presidente de consenso não sairá dos quadros oposicionistas, embora tenha necessariamente que ter o apoio das oposições" — deixava escapar o novo governador mineiro aos jornalistas, no mesmo dia em que o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) definia seu papel histórico: "Tancredo simboliza a política brasileira, cuja tradição sempre foi a conciliação".

PREGAÇÃO

Ao ser empossado no Palácio da Liberdade, Tancredo ganhou imedia-

tamente um aliado para percorrer os bastidores do Congresso com sua pregação de conciliação: o deputado Fernando Lyra, agora ministro da Justiça. Essa palavra de ordem não excluía, entretanto, um trabalho mais ofensivo dentro do partido, com recomendações veladas para a orientação dos peemedebistas. Em 11 de junho, por exemplo, ele entrou no debate sobre a participação do PMDB na sucessão via colégio eleitoral, lembrando que era "tática elementar" de um partido ter candidato, até para posterior negociação. O lançamento do nome também mereceu seus cuidados premonitórios: "Acredito que lá para o segundo semestre de 1984, quando a sucessão amadurecer e reclamar uma decisão. E depois que a oposição esgotar todas as possibilidades da campanha pelas diretas e que o PDS tiver chegado ao fundo de suas insolúveis contradições internas".

A pesar de sua profissão de fé pelas diretas, já naquela época Tancredo Neves estava atento à possibilidade de se perderem chances de tomar a iniciativa política, lembrando que a oposição não podia deixar "de montar alternativas mais realistas"; afinal, a campanha pelas diretas era "necessária, mas lúrica". Já eram frequentes, então, suas conversas sigilosas com o ministro Leitão de Abreu, secundado pelo deputado Thales Ramalho (PDS-PE). Tornou-se rumoroso, também, seu encontro com o general Walter Pires.

No dia 6 de julho, Fernando Lyra apressou-se a lançar Tancredo Neves, "candidato da transição e da mudança". Dois meses antes, o deputado José Camargo (PDS-SP), muito amigo do presidente Figueiredo, estivera no Palácio da Liberdade, depositando no gabinete do governador de Minas o papel de negociador em nome da oposição. O fortalecimento da tese atropelava a corrente peemedebista liderada pelo

presidente Ulysses Guimarães, que se licenciou do cargo em julho, sob a pressão do grupo moderado, de um lado, e da ala progressista, de outro.

Essa ascensão foi obrigada a um recuo tático de Tancredo ainda no mês de julho, quando o ex-senador Teotônio Vilela, exercendo a presidência do PMDB, apelou ao governador de Minas, que adiu a defesa da tese do consenso enquanto permanecesse a "luta pelas diretas".

Dois meses depois, no entanto, o campo estava melhor preparado: Tancredo aceitou o convite do general Figueiredo para o diálogo, ao mesmo tempo em que, estrategicamente, se unia ao protesto de PMDB de Minas, excluído pela direção nacional do partido do programa veiculado pela televisão. Era a oportunidade para alicerçar no Estado as bases para qualquer pretensão futura, enquanto conquistava a confiança do Palácio do Planalto.

FIGURINO

Em seguida, o governador de Minas acompanhou de perto a vida do Congresso, defendendo a negociação da política salarial com o governo, nas sucessivas votações dos decretos-leis 2.045, 2.064 e 2.065. Contestava, porém, qualquer pretensão à candidatura à Presidência, argumentando que não poderia deixar o posto para o qual fora eleito pelos mineiros.

Nos bastidores, o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) fomentava a dissidência do PDS — então embrionária no grupo "Participações" — para que se aglutinasse em torno da tese das diretas. Nessa fase, Tancredo discriminou as opções do PMDB na corrida sucessória. As três primeiras — "não comparecer ao colégio; comparecer com candidato de protesto; comparecer apenas para protestar" — já haviam sido experimentadas anteriormente ou excluíam o objetivo último do partido — a disputa do poder. A

última, porém, era um verdadeiro figurino de sua candidatura com perspectiva de vitória: "Comparecer ao colégio com um candidato que possa unir as oposições e dividir o PDS".

As vésperas da convenção do PMDB, ele contrariou seu hábito e compareceu ao noticiário da imprensa com sua tese tentadora para os moderados do PMDB. Faltava conquistar a direção do partido.

No início de dezembro, o governador mineiro desembarcou em Brasília para desfechar seu último lance: conquistar para o grupo "Unidade" mais espaço na direção do partido, onde apenas Walber Guimarães (PR) ocupava a 2ª vice-presidência. A disputa com a chapa "Travessia", liderada por Ulysses Guimarães, era uma questão iminente, pois os moderados acreditavam que poderiam sair vitoriosos na convenção. Mas a intenção de Tancredo Neves não era nova: pretendia um acordo conciliatório, pois identificava sobretudo a necessidade de conservar Ulysses Guimarães na presidência. Na véspera da escolha do diretório, ele já havia negociado com Ulysses diversas vezes. Os três primeiros cargos ficaram com o "Travessia", mas poderosa para a estratégica secretaria geral Tancredo conseguiu guindar um importante aliado, sob os protestos dos progressistas. O senador biônico Affonso Camargo (PR) tornou-se um pivô ágil e discreto na articulação da candidatura "para unir as oposições e dividir o PDS". Além deste, os moderados conquistaram mais quatro postos na direção do PMDB; o grupo "Travessia" ficou com seis e o "Pró-Partido" com dois.

Durante os entendimentos, contudo, Ulysses lançou a semente que iria fecundar a discórdia por mais algum tempo: em sua opinião, a fidelidade partidária era aplicável ao moribundo colégio eleitoral.